

Governo empurra dívida

Jornal de Brasília • 5

para o sucessor

Arquivo 9.9.88

O pagamento da dívida brasileira aos bancos privados internacionais poderá ser retomado somente no próximo governo, caso os credores insistam em não liberar as últimas parcelas dos empréstimos já contratados com o País.

A informação foi dada ontem pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore. Ele considerou setembro próximo, mês em que vencem quase US\$ 2 bilhões em débitos brasileiros, o prazo fatal para uma decisão favorável dos credores.

Arnim Lore acha que a crise da dívida está sendo muito bem conduzida pelo Governo, que tem caixa para se manter por tempo razoável, uma vez que os pagamentos ao exterior estão sendo retidos no BC. "A soberania (nacional) é a razão de estarmos agindo assim e se não houver flexibilização, em setembro teremos a oportunidade de assistir a grandes decisões", afirmou.

Lore e o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, estão seguindo para Washington, onde tentarão obter do FMI, do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) acordos que viabilizem a concretização de empréstimos dessas instituições ao Brasil. Michal Gartenkront, assessor especial de Mailson, deve compor a comitiva.

No caso do FMI e do Bird, os acordos são mais importantes porque os credores privados dependem do aval das duas instituições para colocar à disposição do Brasil os US\$ 600 milhões que deveriam ter

entrado no caixa do País em abril último.

Negociações

Ao FMI, em particular, os dois negociadores brasileiros vão pedir a dispensa do cumprimento da metade do déficit público operacional para 1989, estipulada no acordo firmado em 1988. O governo brasileiro comprometeu-se a manter o déficit em 2% do Produto Interno Bruto, mas informações extra-oficiais já dão conta de um déficit de 5,6% do PIB.

Arnim Lore entende que há muita negociação a ser feita antes que o Brasil suspenda de vez os pagamentos aos credores. A centralização cambial, adotada no dia 30 de junho último, colocou todos os pagamentos sob controle do BC, que, desde então, não fez nenhuma remessa de juros aos credores privados. Apenas o Clube de Paris (governos credores), começou a receber, parceladamente, os US\$ 812 milhões em atraso.

Difícilmente, os credores privados receberão juros até setembro, já que o BC tem como prioridade pagar primeiro o Clube de Paris, o FMI e o Banco Mundial. Os bancos têm a receber US\$ 230 milhões este mês; US\$ 130 milhões em agosto; e quase US\$ 2 bilhões em setembro.

A situação das reservas cambiais, que Lore classifica de "confortável", é que dá ao País a possibilidade de negociar com os credores "sem desespero". Qualquer remessa ao exterior "só será feita se não afetar as reservas em moeda estrangeira".

Na lista de prioridades, os juros dos bancos privados vêm depois até mesmo dos lucros e dividendos de empresas multinacionais para suas matrizes. Conforme Arnim Lore, "o capital de risco é mais importante do que o capital de empréstimo". Admitiu que o Clube de Paris poderá estar totalmente saldado até meados de agosto.

Além de tentar desbloquear os empréstimos ao Brasil, Lore e Sérgio Amaral tentarão reescalonar os pagamentos em atraso e sugerir aos banqueiros medidas para redução da dívida brasileira.

Mesmo que consiga uma maneira de suavizar os pagamentos aos credores, na melhor das hipóteses, o novo esquema começaria a vigorar no fim do atual Governo, conforme avaliou Lore. Não há tempo, por exemplo, para um "empréstimo-ponte", antes do "setembro negro".

O diretor do BC exibiu ontem muita segurança ao revelar as linhas gerais da estratégia brasileira. Para ele, "não há motivo para pânico, até porque nenhuma reclamação mais irada partiu da comunidade financeira internacional desde que o câmbio foi centralizado no BC". Lore acredita que, se os credores entendem que não há como pagar juros sem receber empréstimos, também entenderão que o Brasil terá que descumprir outras cláusulas do acordo de setembro do ano passado. Uma delas é a obrigação de converter, sem desconto, US\$ 1,8 bilhão, dos US\$ 5,2 bilhões prometidos pelos bancos.